

Conselho de Administração**Presidente**
Plínio Villares Musetti**Membros**

Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patrícia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião**Diretor de Opinião:** Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira**Diretor Presidente:** Francisco Mesquita Neto**Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Conteúdos Digitais: Claudia Belfort
Diretor do Núcleo Publicações: Ilan Kow
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi**Diretor de Mercado Leitor e Operações:** Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br

A versão na Internet de
O Estado de S. Paulo**Notas & Informações**

A guerra cambial no G-20



A guerra cambial denunciada com insistência pelo governo brasileiro deve ser um dos grandes temas da reunião do Grupo dos 20 (G-20) em Moscou, hoje e amanhã. A maior parte dos governos do mundo rico nem sequer reconhece, oficialmente, a existência do problema, até porque alguns deles foram acusados, nos últimos anos, de manipular o câmbio para criar vantagens comerciais. Mas o assunto acabou entrando, nos últimos dias, na pauta das principais potências desenvolvidas. Autoridades do G-7, formado pelas maiores economias capitalistas, comprometeram-se na terça-feira a deixar o câmbio entregue às forças do mercado. Renunciaram oficialmente, portanto, a manipulações para depreciar suas moedas e tornar mais baratos e

mais competitivos os produtos de seus países. O compromisso de bom comportamento e de estrita vigilância das cotações foi assumido pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. Não há como deixar o problema fora da agenda deste fim de semana.

Três fatos puseram em destaque a questão cambial nos últimos dias. O primeiro foi a nova e mais expansionista política monetária japonesa. O objetivo oficial é a reativação da economia, afetada por uma persistente deflação. Uma das consequências imediatas foi a desvalorização do iene, um benefício a mais para a indústria do Japão. O segundo fato foi o reconhecimento da valorização do euro pelo presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi. O terceiro, a cobrança, pelo presidente francês, François Hollande, de uma política de competitividade para o euro.

Sob a liderança alemã, a maioria dos governos europeus continua oficialmente contrária a intervenções no câmbio. Mas a saída encontrada foi levar a sério o risco de uma competição cambial, propor aos governos das maiores potências um compromisso de não intervenção e, além disso, aproveitar a oportunidade para dar um recado ao governo e ao banco central do Japão.

Desde o começo da recessão, em 2008, representantes das maiores economias desenvolvidas e emergentes têm prometido evitar medidas protecionistas e apoiar a continuada expansão do comércio livre. Apesar disso, barreiras foram erguidas, mas a promessa foi reiterada várias vezes nos anos seguintes.

A questão cambial sempre esteve presente, mas de forma limitada. Pressionar as autoridades chinesas para permitir a flutuação do renminbi tem sido, há muito tempo, um

item obrigatório nas reuniões do G-7, do G-8, do G-20 e das principais entidades multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Autoridades brasileiras têm tentado, isoladamente, forçar também uma discussão sobre as políticas monetárias dos Estados Unidos e da zona do euro e seus efeitos no mercado cambial. O sucesso tem sido praticamente nulo. Tanto as autoridades americanas quanto as europeias alegam recorrer à expansão monetária apenas para estimular suas economias, sem o objetivo direto de afetar o câmbio.

Mas suas explicações são muito parecidas com a linguagem do comunicado de terça-feira. Segundo os representantes do G-7, suas "políticas fiscal e monetária têm sido e continuarão a ser orientadas no sentido de cumprir" os objetivos nacionais "com instrumentos domésticos", sem ter como alvo as taxas de câmbio. A discussão proposta pelo

governo brasileiro continua, em tese, tão difícil quanto antes. Pode-se mostrar o efeito cambial de uma medida monetária, mas como provar intenções?

As autoridades brasileiras têm tentado, até agora sem sucesso, incluir o câmbio na pauta da Organização Mundial do Comércio (OMC). Até chineses, americanos e europeus têm-se unido contra a pretensão brasileira. A discussão do G-7 aparentemente abriu algum espaço para mais uma tentativa brasileira, mas o próprio texto do comunicado é pouco animador. Talvez a reunião do G-20 resulte em alguma declaração semelhante, emitida em nome de um número maior de países, mas qualquer resultado de maior alcance prático será uma surpresa. A discussão em Moscou talvez contribua para manter vivo o assunto na OMC. Do ponto de vista do governo brasileiro, já será um ganho.

As férias dos juizes

Para criar uma comissão para atualizar a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, retoma a agenda de medidas moralizadoras desenvolvida pela ex-corregedora nacional de Justiça ministra Eliana Calmon, hoje vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Por ter sido editada pela ditadura militar, em 1979, a Loman precisa ser adaptada às características do regime democrático. Ela está defasada em relação à Constituição Federal de 1988 e à Emenda Constitucional n.º 45, que introduziu a reforma do Judiciário.

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional não previu, por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2005, para controlar administrativamente o funcionamento dos tribunais.

Coordenada pelo ministro Gilmar Mendes, a comissão criada por Barbosa terá 90 dias para concluir seu trabalho. O anteprojeto do novo Estatuto da Magistratura terá de ser aprovado pelo plenário e o presidente da Corte pretende enviá-lo ao Congresso ainda este ano. A última tentativa de reformar a Loman ocorreu em 2009. A resistência das associações de juizes foi tão grande que a proposta acabou sendo engavetada, apesar de em 2010 o ministro Cezar Peluso ter anunciado que a enviaria ao Le-

gislativo antes do término de seu mandato, que expirou em agosto de 2012. Por ter presidido o STF apenas alguns meses, e em meio ao julgamento do mensalão, o ministro Ayres Britto não teve tempo de tratar da matéria.

Muitos juizes resistem à reforma da Loman por receio de perder benefícios salariais e vantagens funcionais. Entre outros privilégios, como o auxílio-moradia e o chamado auxílio-paletó, os juizes - juntamente com os promotores e procuradores do Ministério Público - têm férias de 60 dias por ano. Por considerar essa vantagem abusiva, já que todos os demais trabalhadores brasileiros têm apenas 30 dias de férias, a ministra Eliana Calmon defendeu sua revogação, quando estava à frente da corregedoria do CNJ. Além do presidente do STF, a maioria dos ministros dos tribunais superiores tem a mesma posição.

Segundo eles, com as férias de 60 dias, somadas às folgas dos recessos de fim de ano e aos feriados nacionais, a magistratura tem mais de 90 dias de ócio - isso sem contar os fins de semana. E muitos juizes vendem parte de suas férias, invocando a necessidade de trabalhar para reduzir o número de processos em suas varas.

Para muitos ministros do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo, as férias anuais de 60 dias dos magistrados esbarram em quatro problemas. No plano substantivo,

essa vantagem é imoral. No plano jurídico, a regalia fere princípio jurídico da equidade funcional. No plano econômico, o privilégio da magistratura eleva as despesas de custeio do Poder Judiciário, sem aumentar a produtividade da instituição. E no plano administrativo, as férias de 60 dias dos juizes e procuradores atrasam a tramitação dos processos, atrapalhando negócios e retardando decisões de investimento da iniciativa privada. Os mesmos argumentos também são invocados pelo secretário de Reforma do Poder Judiciário, Flávio Caetano, sinalizando apoio do Executivo à iniciativa do ministro Joaquim Barbosa.

A proposta do presidente do STF, como era de esperar, já enfrenta resistências. As associações da magistratura e do Ministério Público alegam que a revogação das férias de 60 dias está sendo conduzida de forma "simplista". Segundo elas, a pesada carga de trabalho das duas corporações justificaria o privilégio. Elas também afirmam que juizes e promotores não podem oferecer outras funções remuneradas, com exceções da docência, e que não recebem extras pelos plantões de fim de semana. Mas essas justificativas não convencem.

Como diz a ministra Eliana Calmon, o juiz é um profissional como outro qualquer. "Não podemos ter privilégios. Como pode um magistrado julgar os outros se ele tem uma vida diferente?", indaga ela, com toda razão.

A oposição, obsequiosa e muda

Diante da emergência de governar sem o Congresso, o Executivo baixou medida provisória ao arremedo da ordem institucional, arrastando-se o poder de gastar R\$ 42 bilhões em investimentos quando teria de se limitar a gerir o dia a dia comezinho até o Legislativo decidir sobre em que se poderá utilizar o dinheiro arrecadado em impostos. Nenhum opositor teve forças para tujir ou mugir.

Os truques contábeis empregados pelo prestidigitador Guido Mantega no Ministério da Fazenda para dar um "jeitinho" nas contas públicas no fim do ano, condenados até por um especialista ouvido pelo professor Delfim Netto, também passaram em branco pelos parlamentares que dizem dissindir de Dilma e de sua equipe econômica.

Seis anos depois do anúncio do milagre econômico a ser produzido pelo petróleo extraído no pré-sal e a dois e meio da "maior capitalização da história do capitalismo" com a venda de R\$ 107 bilhões em ações pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a Petrobrás confessou seu deplorável estado financeiro. O balanço de 2012 registrou queda de 36% dos lucros, seu valor caiu para 65% do patri-

mônio, a joia mais preciosa da coroa nacionalista despencou no ranking das petrolíferas mundiais para o oitavo lugar e perdeu o posto de líder na América do Sul para uma colombiana. Nenhum tucano ou "demista" lamentou a derrocada.

Luiz Pinguelli Rosa, primeiro especialista em eletricidade no Partido dos Trabalhadores (PT), denunciou publicamente o desmanche da Eletrobrás para tentar salvar a petroleira. Na oposição, ninguém percebeu: tudo foi aceito como uma imposição inexorável dos fados. À exceção de gestores como o secretário de Energia de São Paulo, José Aníbal, que não aceitou a antecipação da renovação da concessão das usinas paulistas exigida por Dilma, e de tucanos mineiros que o seguiram nesta posição isolada, seus correligionários e aliados se comportaram como se nada houvesse a fazer. Na verdade, havia. Mas nenhum opositor se deu ao trabalho de repetir avisos dados por especialistas de que a redução da tarifa só seria sustentável se não comprometesse a distribuição da carga elétrica.

E, para confirmar o aparente inferno astral na virada da primeira metade do mandato da presidente para o segundo, a inflação bateu em janeiro o recorde em dez anos: a taxa de 0,86% foi a pior desde 2003.

Mas esta foi, parece, a gota d'água para a oposição calar e sumir de vez. Tido como pule de dez na escolha do tucano paratentar evitar a reeleição de Dilma ano que vem, Aécio Ne-

ves (PSDB-MG) fez súbita aparição no Senado para recomendar aos companheiros de bancada que não votassem em Renan Calheiros para presidente. Funcionou como uma senha pelo avesso: sua bancada deu os votos de que o peemedebista precisava para não ter de enfrentar algum intruso em eventual segundo turno.

Depois de passar um ano limitados a apresentar queixas formais contra o emprego pela presidente de convocação de redes de rádio e televisão para fazer campanha eleitoral antecipada, baixando tarifas de eletricidade e chamando-os de maus brasileiros, os opositores preferiram começar 2013 no silêncio obsequioso. Mineiros e paulistas, que controlam o PSDB, anteciparam a folga do carnaval. E a cúpula "demista" correu atrás do trio elétrico do PT baiano para ninguém dizer sobre eles que "só não foi quem já morreu". Ah, mas justiça seja feita: antes do longuíssimo feriado, todos trataram de espalhar à boca pequena que, depois do tríduo momesco, ressurgiriam na Quarta-Feira de Cinzas. Alguém aí ouviu uma voz opositorista?

Pois é. Todas as notícias dadas no início desta nota devem passar a impressão de que o País poderia sobreviver melhor sem a gestão desastrosa dos petistas. Mas, ó céus, como o PT faz falta na oposição combatendo gastos públicos, aumento do índice inflacionário, maquiagem contábil, malefícios ao "petróleo é nosso" e apagões a granel!

tá na hora de repensar os valores de quem faz algo para que o PIB do Brasil cresça: o lojista.

ARIOVALDO FLORIANariovaldo@midiaikitcom.com.br
São Paulo**CONGRESSO NACIONAL****Rabo preso?**

O permanente e firme apoio da presidente Dilma, do Lula, do governo em geral e do PT aos srs. Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves, mesmo depois de ampla demonstração de contrariedade da população, só pode indicar que os dois, Renan e Alves, sabem muito sobre as falcas e nos casos do mensalão e nos demais escândalos posteriores.

MARCO AURÉLIO REHDER
marcoarehder@yahoo.com.br
São Paulo**Como Pôncio Pilatos**

Falamos e nada fazemos. Somos

cúmplices desse governo corrupto. Estamos lavando as mãos e aceitando de mão beijada a permanência de Renan.

SONIA MARIA SALZANO GENTIL
soniasalzano@gmail.com
Descalvado**Revolução pela web**

Por mais que a banda podre da política tente desconhecer e negar, está em curso uma revolução nessa área. O estrondoso sucesso, com 1,5 milhão de adesões, de um abaixo-assinado virtual pedindo o "impeachment" do senador Renan Calheiros é prova contundente dessa nova realidade entre nós e certamente vai acelerar o despertar da opinião pública no sentido de exigir a tão sonhada reforma política, criando mecanismos, inclusive pela web, que permitam a moralização da gestão pública nacional.

JOSÉ DE ANCHIETA N. DE ALMEIDA
josedalmeida@globo.com
Rio de Janeiro

"Graça Foster e Guido Mantega deviam se espelhar no belo exemplo do papa: diante da ausência de capacidade, a renúncia é uma escolha sábia"

GATTAZ GANEM / CARAPICUÍBA, SOBRE A CONDUÇÃO DA PETROBRÁS E DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA
gattaz@globo.com

"Vai dar PT: perda total! Não vai sobrar nada da Petrobrás"

SERGIO S. DE OLIVEIRA / MONTE SANTO DE MINAS (MG), SOBRE A CRISE NA ESTATAL
ssoliveira@netsite.com.br

HÁ 1.295 DIAS
POR DECISÃO JUDICIAL, O ESTADO ESTÁ SOB CENSURA. ENTENDA O CASO: WWW.ESTADAO.COM.BR /CENSURA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR**TEMA DO DIA**

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Parlamentares emendam o carnaval

Deputados e senadores decidiram voltar ao trabalho em Brasília apenas na semana que vem

● "Que lindo. Posso fazer isso também?"
JÉSSICA SILVA

● "Se pelo menos eles trabalhassem de verdade nos dias em que se propõem a trabalhar..."
ANTONIO MELLO

● "Deputados e senadores que foram eleitos e cujos salários pagamos com o nosso suor e sangue fazem a festa como se o País estivesse às mil maravilhas."
RAINIER BARBIERI

654

O ESTADO DE S. PAULOAvenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 - 6º andar, CEP 02598-900
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@estadao.com

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.

Central de atendimento ao leitor:
3856-5400 - falecom.estadao@estadao.com**Central de atendimento ao assinante**
Capital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estadao.com.br/faleconosco
Classificados por telefone:
3855-2001**Vendas de assinaturas:**
Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000**Vendas Corporativas:**
3856-2917**Central de atendimentos às agências de publicidade:**
3856-2531 - cia@estadao.com
Preços venda avulsos: SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC e DF: R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). ES, RS, GO, MT e MS: R\$ 5,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 7,00 (segunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo)
Preços assinaturas: De segunda a domingo - SP e Grande São Paulo - R\$ 74,90/mês. Demais localidades e condições sob consulta.